



DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DYNAMICS OF CONSTRUCTION OF SHORT AGRO-ALIMENTARY CHAINS AND REGIONAL DEVELOPMENT

Romildo Camargo Martins¹
Cláudia Mária Sonáglio²

Resumo

Este artigo objetiva identificar a Dinâmica de Construção das Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAAs) com produtores de orgânicos nos municípios de Dourados e Ponta Porã/MS. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, baseada em dados qualitativos coletados em pesquisa de campo realizada com 12 agricultores. O enfoque dado ao desenvolvimento regional associado ao tema deve-se à importância de atores e agentes na construção e fortalecimento dos canais de comercialização enquanto mecanismo de desenvolvimento socioeconômico. Os resultados indicam a ocorrência do envolvimento e dedicação familiar, no entanto sugerem uma necessidade de maior integração com agentes públicos, sinalizando para a necessidade de ampliação das parcerias no intuito de fomentar e fortalecer as atividades voltadas ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cadeias Curtas Agroalimentares. Desenvolvimento Regional.

Abstract

This paper aims to identify the Dynamics of Construction of Short Chain Agroalimentary (CCAA) with organic producers in the municipalities of Dourados and Ponta Porã / MS. It is a bibliographical and exploratory research, based on qualitative data collected in field research conducted with 12 farmers. The focus on regional development associated with this theme is due to the importance of actors and agents in building and strengthening marketing channels as a mechanism of socioeconomic development. The results indicate the involvement and dedication of the family, but suggest a need for greater integration with public agents, signaling the need to expand partnerships in order to foster and strengthen activities focused on regional development.

Keywords: Family farming. Short chains Agro food. Regional development.

¹ Administrador, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Brasil. E-mail: romldocamargo@gmail.com.

² Economista, Doutora em Economia, Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Brasil. E-mail: csonaglio@uem.br

Introdução

A emergente discussão acerca da agricultura familiar como importante mecanismo de desenvolvimento socioeconômico revela a necessidade da ampliação de estudos relativos ao tema, que proporcionem novos olhares ao segmento. Por entender que, assim como toda e qualquer organização, as unidades familiares de produção também se submetem à margem de cenários extremamente competitivos.

Sob esse aspecto, haveria uma inclinação do agricultor familiar para o gerenciamento de suas atividades com percepções às constantes mudanças de mercado, seja atuando na diferenciação de seus produtos, adequando-se a novos métodos e/ou práticas de produção (BUAINAIN, 2006) ou mesmo buscando novas formas de aproximação/inserção aos mercados (por exemplo, na formalização de parcerias) – assim como ocorre nas denominadas “cadeias curtas e rede agroalimentares alternativas”, (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2017).

As cadeias curtas agroalimentares (CCAAs) têm por diferencial a valorização dos mercados “socialmente construídos” (MARSDEN, 1998), os quais prevalecem as inter-relações entre os atores (desde a produção até a comercialização). Nesse modelo, o número de intermediários é mínimo ou mesmo nulo, evidenciando a importância da interação e integração entre agentes e atores.

Este artigo pretende, de forma argumentativa e fundamentada, comungar valores sociais, econômicos, ambientais e culturais, que conduzam à revalorização do espaço rural, os quais possam atuar no processo de descentralização industrial e ampliação da oferta de trabalho local, contribuindo positivamente para pluriatividade das famílias rurais, (MARSDEN, 1998). No sentido de re-espacializar e ressocializar os alimentos, através das cadeias curtas, (SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

Para isso, há necessidade de se repensar os processos de desenvolvimento regional, incorporando ao debate questões como a pluriatividade, as novas funções da agricultura e do espaço rural, os padrões de consumo e a qualidade dos alimentos, (FERRARI, 2011), permitindo a realocação desses sistemas e conseqüente valorização do local, ocasionando o que se denomina por enraizamento, (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

A partir desse entendimento, questiona-se de que forma as CCAAs atuam no processo de desenvolvimento regional. Objetiva-se, desta forma, identificar a dinâmica de construção dos canais de comercialização acessados por produtores de orgânicos estabelecidos nos municípios de Dourados e Ponta Porá/MS.

Como resultado, observa-se um envolvimento familiar positivo entre os agricultores pesquisados, os quais se dedicam exclusivamente à atividade. Porém, a integração com agentes, públicos ou não (agentes extensionistas rurais, cooperativas e associações) incita demandas.

A primeira seção deste trabalho apresenta uma breve reflexão (introdução) acerca do tema, problema e objetivo proposto. Na seção 2, o referencial teórico traz um histórico contextualizado entre o agricultor familiar e o capitalismo onipresente. A segunda parte do referencial apresenta as dinâmicas de construção das CCAAs e suas perspectivas enquanto alternativa ao modelo convencional de produção e consumo de alimentos. Na terceira seção, são apresentados os materiais e métodos que auxiliaram a compor os resultados do estudo. Na quarta seção, os resultados apurados em pesquisa de campo são apresentados e discutidos e, por fim, a quinta seção traz a conclusão do estudo.

Revisão de literatura

O agricultor familiar e o capitalismo

O sistema de produção no século XXI, caracterizado pelo modo capitalista de produção, que associa a produção à exploração da mão de obra e ao uso intensivo de tecnologia e capital, revela, conforme argumenta Kautsky (1980, p. 10), a existência de um “antagonismo³ da classe dos

³ Termo que define um comportamento de forte oposição de ideias, sistemas, grupos sociais etc.; incompatibilidade, rivalidade.

capitalistas e do proletariado assalariado” concebendo uma nova fisionomia, que movimenta este século.

É nesse ambiente que o camponês “luta” pela sua sobrevivência, uma vez que “o sistema de produção capitalista se desenvolve geralmente (exceção de certas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. O mais comum é que a agricultura lhe escape à influência durante muito tempo”, (KAUTSKY, 1980, p.12). No entanto, a evolução da indústria modifica o caráter da produção rural, afetando a capacidade produtiva, incitando um desequilíbrio concorrencial.

Ressalta-se que a inserção do modelo capitalista de produção no campo é fruto da sujeição da terra ao capital, (seja na compra da terra para exploração ou venda) subjugando inclusive o trabalho nela praticado, (OLIVEIRA, 2001), o que se caracteriza como sendo um dos vetores de luta pela terra e consequente ressurgimento do campesinato. Assim, estando inserido em ambientes altamente competitivos, consequentes do próprio avanço capitalista sob o campo, surgem a partir da década de 1990 inúmeros estudos com o intuito de distinguir o camponês do agricultor familiar, (FELÍCIO, 2006).

Entretanto, naquilo que se define por realidade agrária contemporânea, a agricultura familiar revela-se trajada de uma ascendência ao dinamismo econômico e tecnológico, embalada não pelo competitivismo, mas impulsionada em razão das crescentes preocupações acerca da segurança na qualidade dos alimentos ofertados e ao incremento às demandas por alimentos saudáveis.

Dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares e suas perspectivas

As inquietações que circundam o modelo de produção vigente na agricultura – modelo produtivista – têm incitado inúmeras indagações que remetem às consequências de atuações do modelo padrão, o qual tem produzido efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos, (FERRARI, 2011).

Nos anos recentes o modelo produtivista na agricultura tem produzido efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos fazendo-se repensar modelos tecnológicos dominantes e trazendo ao centro do debate **novas formas de produção agrícola, novas funções para a agricultura e novas relações entre homem e natureza**. (FERRARI, 2011, p. 83, grifo nosso).

Observa-se uma iminente necessidade de recondução das formas de produção agrícola e relação comercial, que atue na reformulação dos valores associados à agricultura (econômico, social, ambiental).

Sob a perspectiva de recondução, Ferrari (2011) revela que as diversas formas sociais presentes na agricultura remetem a uma multiplicidade de modos de produção, emprego de tecnologias, de organização e divisão social do trabalho, reconfigurando e revalorizando a agricultura “tradicional” como alternativa ao processo de desenvolvimento regional. Sob essa íris, emergem:

[...] novos atores sociais e se ampliam os espaços e as relações entre o mundo rural e urbano. Antigas certezas são postas à prova, costumes e tradições se entrelaçam com a ‘modernidade’, novo saberes e novas identidades profissionais se misturam ao cotidiano e práticas, já naturalizadas no mundo rural, onde a família, terra e trabalho conformam um modo de produzir e viver. (FERRARI, 2011, p. 83).

Conformando um novo modo de produzir e viver, as famílias rurais potencializariam a valorização dos recursos e ativos do território, dando valor às especificidades, à preservação e à revalorização dos recursos naturais, promovendo a manutenção da biodiversidade (vegetal, animal e cultural), bem como às tradições e ao saber-fazer local, (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016).

Dufumier e Couto (1998, p. 103) apontam para a necessidade em estimular e pensar um modelo agrícola alternativo, “socialmente correto, ecologicamente equilibrado, que não dependa de combustíveis fósseis”, que considere as especificidades das condições de produção agrícola para diferentes climas, permitindo conciliar uma agricultura mais equilibrada com a realidade socioeconômica e cultural de cada país.

Assim, o surgimento de novos circuitos alimentares em economias de agricultura globalizada deve ser percebido como consequência a uma série de mudanças fundamentais ao longo dos diversos elos de toda a cadeia agroalimentar. Englobam a percepção do consumidor, que tem demonstrado suas preocupações com as questões ecológicas, de saúde e bem-estar animal. Tal comportamento

tem fomentado um mercado para produtos alimentícios que se identifiquem com as percepções de valores desses consumidores, (RENTING; MARSDEN; BANKS; 2003).

A esse propósito, surgem as Redes Alternativas Alimentares (RAAs) utilizadas aqui como um termo amplo para abranger redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas de modo industrial mais padronizado de abastecimento alimentar, (MURDOCH et al., 2000, p. 28, apud RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

As diferentes dinâmicas de apresentação das RAAs nortearam a elaboração de um novo conceito, as Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos ou Agroalimentares (CCAAs), a qual retrata as inter-relações entre os atores diretamente envolvidos na produção, no processamento, na distribuição e no consumo de novos produtos alimentares.

Materiais e métodos

A presente seção objetiva especificar o delineamento do estudo, a caracterização da amostra – ou população estudada – os instrumentos de coletas, respectivas formas de tratamento dos dados e mensuração dos resultados.

Conforme argumenta Marconi e Lakatos (2003, p. 81), o método é entendido como “um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido”.

Os métodos aqui relacionados incluem, o aprofundamento na leitura que se iniciou após uma prévia i) pesquisa bibliográfica, que permitiu a seleção autores e obras específicos. Posteriormente, foram realizados estudos para identificar populações com potenciais de participação neste estudo, aqueles que, de forma direta ou indireta, possuem vínculos com o ambiente de pesquisa. Sendo aplicada a técnica da ii) amostragem por julgamento, caracterizada pela intencionalidade do pesquisador deliberadamente escolher certos elementos para pertencer à amostra, ao julgá-los como elementos bem representativos da população (COSTA NETO, 1977).

Trata-se de um estudo de caso, o qual, segundo entendimento de Cervo e Bervian (2002), caracteriza-se por concentrar a pesquisa em um indivíduo, em uma família, em um grupo ou uma comunidade, que represente o universo de pesquisa e que permita o exame dos aspectos relacionados a sua vida, permitindo o aprofundamento da pesquisa e favorecendo uma melhor percepção da realidade estudada (TRIVIÑOS, 1987). Configura-se como exploratório ao propor a possibilidade de maior familiaridade com o problema (GIL, 2002).

A pesquisa de campo envolveu 12 agricultores, os quais foram identificados por códigos, a partir da observação do pesquisador, conforme descrição no Quadro 1.

Quadro 1 - Identificação dos Produtores de Orgânicos, participantes na pesquisa - municípios de Dourados e Ponta Porã/MS

N. ORDEM	TIPO	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO
1	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP1
2	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP2
3	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP3
4	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP4
5	Produtora Orgânica	Ponta Porã	OPP5
6	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP6
7	Produtora Orgânica	Ponta Porã	OPP7
8	Produtora Orgânica	Dourados	ODD8
9	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP9
10	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP10
11	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP11
12	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP12

Fonte: Elaborado pelo autor.

As coletas de dados ocorreram no período entre os dias 24 de abril e 15 de maio de 2018, com base na utilização de um iv) roteiro de entrevista, elaborado a partir de duas categorias de análise. Assim, para a Categoria Atores, os seguintes questionamentos: 1) Quantos membros da família se envolvem “na lida” (no plantio, no preparo e na venda)? Como o senhor (a) percebe esse

envolvimento, acredita que seja importante? 2) Diariamente, quanto tempo o senhor se dedica à atividade aqui na propriedade? 3) De que forma o senhor (a) avalia o envolvimento (a interação social entre os vizinhos) quanto à troca de experiências, cooperação, motivação, responsabilidades de produção de venda, etc. para a melhoria das atividades de produção? 4) Para a melhoria das formas de se fazer, seja na produção, no preparo ou na venda, existe alguma ação (nas esferas: municipal, estadual ou federal) que poderia ser melhorada ou criada? Quais? Como?

Para a Categoria Dinâmicas de Construção, outras 05 (cinco) questões: 1) Quem teve a ideia de iniciar essas formas de venda que o senhor (a) utiliza? E como o senhor (a) teve acesso a essa forma de venda? 2) Quem coordena as ações dentro das formas de venda que o senhor utiliza? 3) Existe ou existiu algum apoio técnico para o fortalecimento dessas formas de venda? Se sim, quais e de que forma? 4) Haveria alguma forma de venda que poderia ser criada ou modificada? Quais? Como? 5) Há alguma iniciativa pública ou privada que poderia contribuir para a melhoria das formas de venda existentes? Quais? Como?

A opção por perguntas abertas permitiu coletar a expressão dos entrevistados acerca do assunto pesquisado, direcionando ao entendimento do tema investigado (TRIVIÑOS, 1987).

Os resultados apurados nas entrevistas foram transcritos e analisados mediante abordagem qualitativa, a qual, segundo Goldenberg (1997), caracteriza-se por não se preocupar com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Concomitantemente, foram feitas as correlações junto aos pressupostos teóricos e aos métodos que nortearam a base e o levantamento de dados, que por fim foram interpretados e apresentados.

Resultados e discussões

O entendimento das dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares, entre outras análises, exige a leitura de uma combinação de fatores que podem contribuir de modo positivo e/ou negativo à sua formação. Por exemplo, a participação familiar e a importância dada aos processos que envolvem as atividades; o tempo de dedicação às atividades; a interação social entre agricultores ativos e as ações públicas e/ou privadas ou sua ausência.

Contudo, para entender melhor o papel e potencial dessas cadeias de alimentos nos processos de desenvolvimento rural é preciso que se examinem **como elas são construídas, formadas e reproduzidas** no tempo e no espaço. Daí a necessidade de uma sociologia do mercado que tenta desembranhar **os padrões de interação social entre diferentes atores** na cadeia agroalimentar e analisar como estas são construídas. (FERRARI, 2011, p. 22, grifo nosso).

Conforme afirma o autor, uma vez construídas, as cadeias são reproduzidas no tempo e no espaço. No entanto, existe a necessidade de entendimento do padrão de interação social entre os diferentes atores. É nesse sentido que a categoria “atores envolvidos” foi pensada.

No sentido figurado, toda construção de um imóvel deve apresentar uma fundação bem elaborada, com profundidade e robustez necessárias para suportar qualquer tipo de abalo ou ventania. Assim também o deve ser para a construção das Cadeias Curtas Agroalimentares, principalmente porque toda ação, ou falta dela, está condicionada no agricultor e na família, ou seja, é um segmento em que a participação de intermediários é quase inexistente ou mesmo nula.

Sob esse aspecto, o envolvimento familiar é extremamente importante, pois pode significar a continuidade e manutenção das atividades, não tratando apenas da sucessão familiar, mas também no embate ao êxodo rural, na escassez financeira ou na ausência de políticas públicas assertivas para o segmento, o que, muitas vezes, mutila as iniciativas locais, configurando-se como barreiras ao desenvolvimento regional.

A importância do envolvimento familiar é registrada em todas as falas:

É importante, extremamente **importante**. Hoje a **família** toda tá lidando né! Com uma forma ou de outra, nois tamo em quatro da família, minha esposa mais dois filho. [...] Meus filhos são de menor ainda mais cada um tem a sua atividade já, cada um já vem contribui já... **Pra podê segui o processo dipois**. (agricultor OPP2, grifo nosso).

Ali em casa agora tá eu e meu moleque só. Não... sim, incentiva eles ali né! [...] **Ele já vai aprendendo junto comigo**. [...] Uma coisa que a gente não tem muita experiência, mais já vão praticando junto. [...] **Aprende junto**. (agricultor OPP4, grifo nosso).

Era eu e a esposa. Há... **É importante, é importante né! Porque daí já vai gerando mais renda** (agricultor OPP6, grifo nosso).

Ahh, acho importante que sim. [...] **é importante porque, é... pra valorizarem, né! O trabalho,** conhece um pouco, né! Desse tipo de trabalho e pela ajuda em si também, né! (agricultor ODD9, grifo nosso).

Notadamente, o envolvimento familiar é importante, pois é através dele que a unidade familiar de produção atenua as necessidades de mão de obra que envolvem distintas atividades no campo, configurando-se como fator principal para a sua efetiva participação nos mercados. Não obstante, a falta de mão de obra implicaria a falta de produção, que pode culminar com a descontinuidade da atividade, inclusive para as gerações futuras. Nesse sentido, Ferrari et al., (2004) argumentam que a sucessão e o êxodo rural estão atrelados não apenas a questões relacionadas ao convívio familiar, à penosidade do trabalho rural e à falta de oportunidade no meio rural, mas também, ou principalmente, quanto às questões financeiras.

Neste cenário, as CCAAs colocam-se como alternativa de combate ao êxodo rural, atuando como mecanismo auxiliar voltado ao desenvolvimento econômico e social da ruralidade brasileira. Isso pode ser observado na fala do agricultor ODD12, que percebe uma abertura de mercado aos produtos originados na agricultura familiar e, ao final, reforça a importância do envolvimento familiar no processo.

[...] é muito importante porque, hoje a agricultura de hoje, o campo de hoje não é o campo de uns anos atrás. O campo de uns anos atrás ele não oferecia, [...] você não tinha muito pra onde ir, mas hoje, não hoje, [...] Ele é bem assistido com a educação, com essas coisas, e tá muito bem no mercado hoje. A agricultura familiar tá muito bem no mercado. A informação, o mercado tá muito aberto, cê não tá tendo problema pra botá no mercado. Então hoje é [...] o envolvimento da família hoje é fundamental nisso aí. (agricultor ODD12).

A percepção assinalada denota o otimismo vivenciado no campo e as relativas possibilidades de desenvolvimento regional, mesmo que tal conotação apresente-se demasiadamente prematura, uma vez que não há dados estatísticos da agricultura familiar⁴ que permitam essa afirmação, assim como ocorre em outros países (MARS DEN, 1998).

Ademais, o volume de tempo dedicado às atividades rurais (seja no plantio, no processamento e na comercialização), também pode ter sentidos diferentes.

O volume de tempo dedicado é intenso para todos os entrevistados, mesmo porque a maioria atua no mercado de legumes e hortaliças, o que exige uma “dedicação cem por cento” conforme discurso do agricultor ODD11. Pode ocorrer “diariamente” (agricultor ODD12), “de segunda a segunda, até feriados” (agricultor OPP1).

Meu marido é das três horas da madrugada, até oito/nove horas da noite sem parar, não temos descanso [...] E eu levanto com ele também pra tirar o leite e depois eu preparo a verdura e vou para feira vender né! Que eu fico, eu tenho um local para vender, uma feira lá na vila, e o meu [...] E eu fico lá até quatro/cinco horas, três horas [...] Não tem horário para mim vim embora né! É [...] E daí eu chego, e daí a gente, daí eu vou ajudar ele a mudar, é... Cata produto, no domingo a gente trabalha também o dia inteiro catando produto. [...] É trabiado, cê não tem feriado, cê não tem folga, cê não tem nada. [...] E planta tem que tá em cima. (agricultor OPP5).

A dedicação às atividades reforça o pensamento da importância do envolvimento familiar em cada uma das etapas do processo produtivo, a ausência dessa pode ser o início da desestruturação do mercado socialmente construído.

Sob a perspectiva do envolvimento familiar na agricultura familiar, Cazzela e Roux (1999) advogam para sua importância como mecanismo inserção social e profissional, denotando potencial ferramenta de desenvolvimento rural.

Além disso, as CCAAs dependem também do envolvimento e da interação social entre os atores desse processo. Essa conduta fica evidente na troca de experiências, no estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, entre outros. O que de fato se apresenta como importante comportamento no ganho de mercado. Sob esse aspecto, percebe-se entre os entrevistados a importância dada às trocas de experiências realizadas principalmente através das “visitas de pares”, quando, normalmente, ocorrem “troca de experiências”, (agricultor OPP2 e OPP3) e “troca de

⁴ No Brasil temos o Censo Agropecuário de 2006 e o Censo Agro de 2017, com previsão de divulgação dos resultados para julho/2018.

ideias”, (agricultor OPP5). É “onde a gente consegue dialogar com outros agricultores que tem outras experiências, então isso é muito rico”, (agricultor ODD10).

As visitas de pares são devidamente valoradas pelos participantes, uma vez que elas têm efeitos motivadores aos membros do núcleo, pois “quando um, ta balanceado, nois puxa pra modo de continuar”, (agricultor OPP6).

As visitas de pares são um condicionante previsto no sistema de Certificação Participativa. No entanto, conforme mencionado pelos agricultores, ela ocorria mensalmente e passou a ocorrer a cada 60 dias, o que tem despertado preocupação por parte dos agricultores, indicando que “agora tá com três meses que a gente não tá sentando por falta de tempo mesmo” (agricultor OPP5), “antes tinha mais agora tá, o negócio tá meio enrolado. [...] não tá tendo quase encontros pra gente, [...] para se conversar”, (agricultor OPP1).

Existe. Sim. [...] É... sempre tem né! nós senta e conversa [...] Nos reunimos sempre. [...] Nós tava fazendo uma por mês né! (...) **Só que daí que nem eu falei pra você, não é todos que eu podia ir né!** (agricultor OPP4, grifo nosso).

Ai eu acho meio fraco né, a gente tem sim de vez em quando, se visita né, é, mais é só quando o “Valtair” diz assim: tem que fazer uma reunião. [...] Ele que motiva né, porque os produtores mesmo não diz assim: “vamo visitá um ao outro”. (agricultor ODD7, grifo nosso).

Assim, observa-se nas falas supracitadas que o envolvimento familiar e a interação entre os membros do núcleo constituem a base para o fortalecimento do segmento, mesmo porque a característica centrada na certificação participativa corrobora para essas interações. Entretanto, manifesta-se um risco associado à ampliação do prazo para a realização das visitas de pares, que foi alterada para bimestral. Entende-se que a troca de experiências está associada ao saber-fazer, as quais coadunam com a valorização dos recursos em determinado território, de modo a considerar as especificidades locais, a biodiversidade, as tradições e culturas, (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016).

Sabe-se também que o desenvolvimento das atividades relacionadas às CCAAs depende de ações desenvolvidas pelo poder público, que pode atuar de modo direto ou não. Ressaltam-se as inúmeras instituições públicas e privadas que podem ajuizar a sua participação nesse processo de construção desses canais, sendo elas, órgãos e secretarias nas esferas federal, estadual e municipal.

Os resultados apurados identificaram solicitações pontuais, como por exemplo, no discurso do agricultor OPP2 ao dizer que poderia ser uma “ajuda na busca do insumo”, ou no apoio com “maquinário adequado”, segundo o agricultor ODD9; outras, porém, atenderiam ao coletivo, como no caso da realização de “curso, palestras” (agricultor OPP1) ou na melhoria das “estradas” solicitada pelo agricultor ODD10.

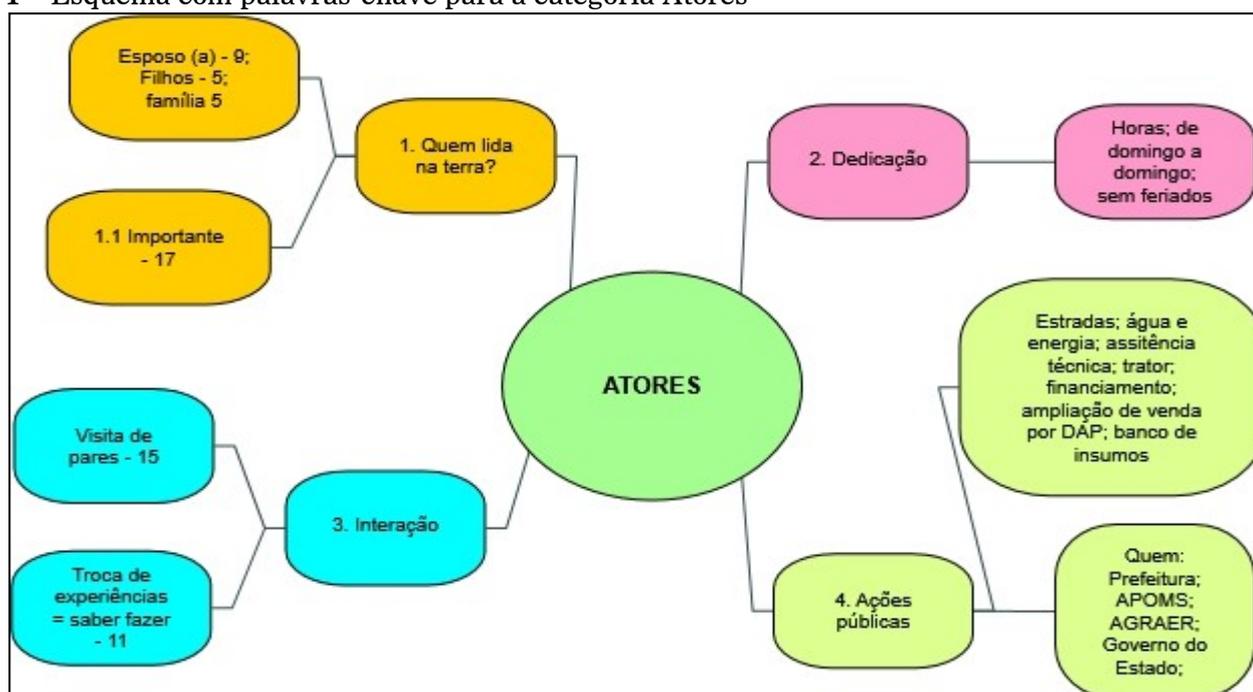
As demandas são diversas, porém retratam as necessidades mais comuns da agricultura familiar brasileira, infraestrutura, crédito ou subsídio – (neste caso em específico o agricultor ODD12, lamenta a ausência de subsídio no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), alegando que não há nada em específico para a produção orgânica) e profissionalização, as quais podem ser pontuadas por ordem de importância, a partir de um mapeamento interiorizado, conforme citado pelo agricultor ODD11.

Como pôde ser observado, a ruralidade estudada aponta sempre para as mesmas solicitações (acesso ao crédito, assistência técnica e estrutura), mesmo porque aqui, como em todo o Brasil, não existe um apoio distinto à agricultura familiar e quicá, à produção orgânica. No caso específico de Mato Grosso do Sul há um agravante: o crédito dado à importância da autuação das cooperativas e associações é ainda muito pequeno.

Essa primeira categoria apresentada (atores envolvidos) traz à luz para discussões e reflexões do que ocorre no meio rural da agricultura familiar em análise, os quais denotam o esforço realizado por pequenos produtores, suas conquistas, angústias e ansiedades na tentativa de se fixar em suas atividades de produção e comercialização.

A leitura dos discursos para essa categoria possibilitou a construção de uma figura esquematizada que permite um entendimento visual deste comportamento.

Figura 1 – Esquema com palavras-chave para a categoria Atores



Fonte: Elaborado pelo autor.

De um lado, demonstra a importância do envolvimento familiar e da interação social na constante busca pela motivação, cooperação e troca de experiências. Por outro, suas angústias residem em suas capacidades limitadas na ampliação de suas atuações (produção, comercialização), balizada por restrições financeiras.

Além disso, suas angústias residem na precariedade da máquina pública, que poderia ser mais eficiente e pontual, mas que, no entanto, não tem demonstrado esforço para realizar um mapeamento das reais dificuldades vivenciadas pelos agricultores. O acompanhamento *in loco* resultaria em ações públicas mais assertivas.

Categoria de análise: Dinâmicas de construção

Esta categoria objetiva evidenciar as formas de construção desses canais de comercialização, os quais podem ter origem na iniciativa do próprio agricultor ou através da interação com os consumidores. Sobre essa relação, Triches e Schneider (2015) reforçam o entendimento de que nesse novo modelo agroalimentar, o consumidor deve ser percebido como agente ativo na implementação dessas formas de conexão, remetendo a valorações locais, a qualidade do alimento e à relação entre os meios urbanos e rurais.

Os canais de comercialização evidenciados neste estudo tiveram sua criação a partir de iniciativas recentes. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

[...] gente começou aqui no município de Ponta Porã em 2010 [...] Na época só tinha a associação. [...] Foi através da associação, então a gente saiu daqui, foi na Vila Formosa, copiou o modelo que tinha lá, aí de lá a gente veio e “imprantô” o projeto PAA aqui em 2010. [...] Ficamos o dia inteiro lá, passando com os produtores, [...]. (agricultor OPP1).

[...] a feira aqui, do Parque dos Ipês, foi o secretário Edmar há uns três anos, em dois mil e quatorze. Ele na época era Secretário da agricultura. [...] Aí era uma ideia dele e do antigo prefeito de fazer alguma coisa, sempre no Parque dos Ipês, aí onde o Edmar deu a ideia que seria bom uma feira pra atender a agricultura familiar [...]. (agricultor ODD8).

Conforme observado, são iniciativas recentes e que ainda buscam sua fixação enquanto canais de comercialização.

A incorporação da Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) nos mercados institucionais nasceu a partir da criação de uma comissão de comercialização, formada por agricultores com experiências. A ideia era “pegar aquela pessoa que tá lá no núcleo,” que “faz o comércio dela”, que “tem a sua experiência de comercialização, e trazer ela pra sentar aqui com

outros daqui e vários, e aí agente foi discutindo como é que a gente faria a comercialização”, (agricultor ODD10).

A partir dessa comissão, novas ideias surgiram, como por exemplo, “incentivar as feiras locais, [...] no caso de Dourados, [...] ela foi puxada pela prefeitura, mas a APOMS sempre foi parceira e estava presente [...] posteriormente [...] a questão da venda direta através de cesta [...]”, (agricultor ODD10).

É o caso das vendas diretas através de cestas, realizadas mediante o uso de site, criadas pela APOMS, em que os produtos poderão ser visualizados e solicitados pelos consumidores, que receberão na comodidade de suas casas. Na prática, haveria “no site os produtos disponíveis a venda. A [...] pessoa acessa, [...] de manhã cedo faria o pedido e no máximo seis horas da manhã estaria na casa da pessoa”, (agricultor OPP12).

Entretanto, para todas as formas coletivas de comercialização há registros de sobrecargas de função, principalmente na APOMS, em que há uma carência de pessoas. Percebe-se uma dicotomia, pois as pessoas associadas à entidade são agricultores e também exercem funções dentro da associação, atuando em processos de coleta de produtos, transporte, seleção de produtos, entrega e formalização de contratos.

Isso é retratado nas falas do agricultor OPP1, ao comentar as ajudas recebidas em processos de documentação, como da emissão de romaneios: “[...] o Eduardo também ajudou bastante pro PAA né! Ajudou no acompanhamento, tipo assim, faz romaneio [...] dá uma assessoria nessa parte do Eduardo [...] O Valtair, [...] trabalha até hoje,” (agricultor OPP1).

[...] Não, sim... é... o Valtair que é APOMS né! Que ele “trabaja” pra APOMS né! [...] Ele é o “técno” e... apóia e é o “técno”, e é responsável pela venda, [...] E também ajuda na comercialização, ele também faz a parte dele. [...] E tem a AGRAER também junto, junto com a parceria com nós, com APOMS. [...] Pra dá apoio na produção. (agricultor OPP6).

[...] quem participô foi os técnicos da APOMS, então eles que correram atrás. Eles fizeram simplesmente uma espécie de planejamento, no início, né! cada um ficaria responsável por tais produtos, né! Mas aí depois, com essa correria, porque eles que tem que correr atrás e pegar os produtos preparar eles e separar e eles mesmo tem que fazer isso, então eles estão sem tempo de correr as propriedades e dá uma assistência, dá alguma coisa. Hoje tão precisando de gente, né? e a gente não tem condições ainda de bancá esse pessoal, né? De contratar gente, pagar e tal. (agricultor ODD9).

Esse acúmulo de função é motivado pela dificuldade financeira, pois a associação não detém recursos para terceirizar serviços de assistências técnicas. Tal escassez foi a motivação para a suspensão da parceria entre a APOMS e a Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF), que no início “atuou assessorando mesmo, acompanhando, dando todo o suporte técnico, organizacional”, (agricultor ODD10).

Existe também, na associação, uma forma compartilhada para cobrir os custos relacionados à assistência. A APOMS faz a cobrança de valor financeiro simbólico, no intuito de cobrir as despesas relacionadas à assistência técnica. Há uma contribuição de “R\$ 20,00 (vinte reais) pra assistência técnica, né? Pra eles vim pra dá apoio pra nós,” (agricultor OPP5).

Por consequência a essa defasagem de pessoal, o esforço tem sido direcionado ao acompanhamento documental (burocrático, porém indispensável). Essa assessoria contempla o controle documental relativo aos mercados institucionais (Nota Fiscal do Produtor - NFP, Declaração Anual de Produtor Rural - DAP) exigidos nos mercados institucionais e aqueles relacionados à Certificação Orgânica (planilhas, requerimentos, etc.).

Quanto às possibilidades de iniciativas públicas ou privadas, no contexto da melhoria dessas dinâmicas, alguns pontos destacam-se. O primeiro está relacionado à necessidade de ampliação nos formatos de divulgação das chamadas públicas de compra (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), dispondo de “mais informações sobre os produtos que compõem os editais”, (agricultor OPP2).

O segundo e mais conflitante denuncia o uso intensivo e descontrolado do agrotóxico 2,4 D, o qual tem significado prejuízos ambientais e financeiros incalculáveis a produtores de orgânicos, principalmente àqueles estabelecidos no Assentamento Itamarati II.

Sobre essa temática, registra-se:

Então a gente faz as denúncias sempre, que a gente que que a Câmara Municipal faça lei, porque no plano lá tem leis que não pode aplicar veneno, tem que respeitar. Então [...] o que nós

gostaria de fazer leis, [...], que funcionasse as leis, porque as leis não tá funcionando né? Que nem eu fui uma que fiz a denúncia, fui pra cima, registrei o caso, é, fui prejudicada, e até hoje, pelo prejuízo que eu tive dava 15 mil reais do prejuízo, ninguém me indenizô, ninguém fez nada por mim, e eu só fiquei no prejuízo, a lei, na lei não tá valendo, então eu acho assim, que a, esse aí que é o apoio que a gente deveria, o orgânico deveria ter esse apoio, chegou a prejudica nós, [...]. (agricultor OPP5).

A dificuldade evidenciada revela a apreensão vivenciada em espaços da reforma agrária, denominados coletivos, como é o caso do modelo adotado no Assentamento Itamarati II, que comunga espaços de lotes individuais e áreas coletivas.

Sob essa condição, o produtor de orgânico tem encontrado dificuldades adicionais.

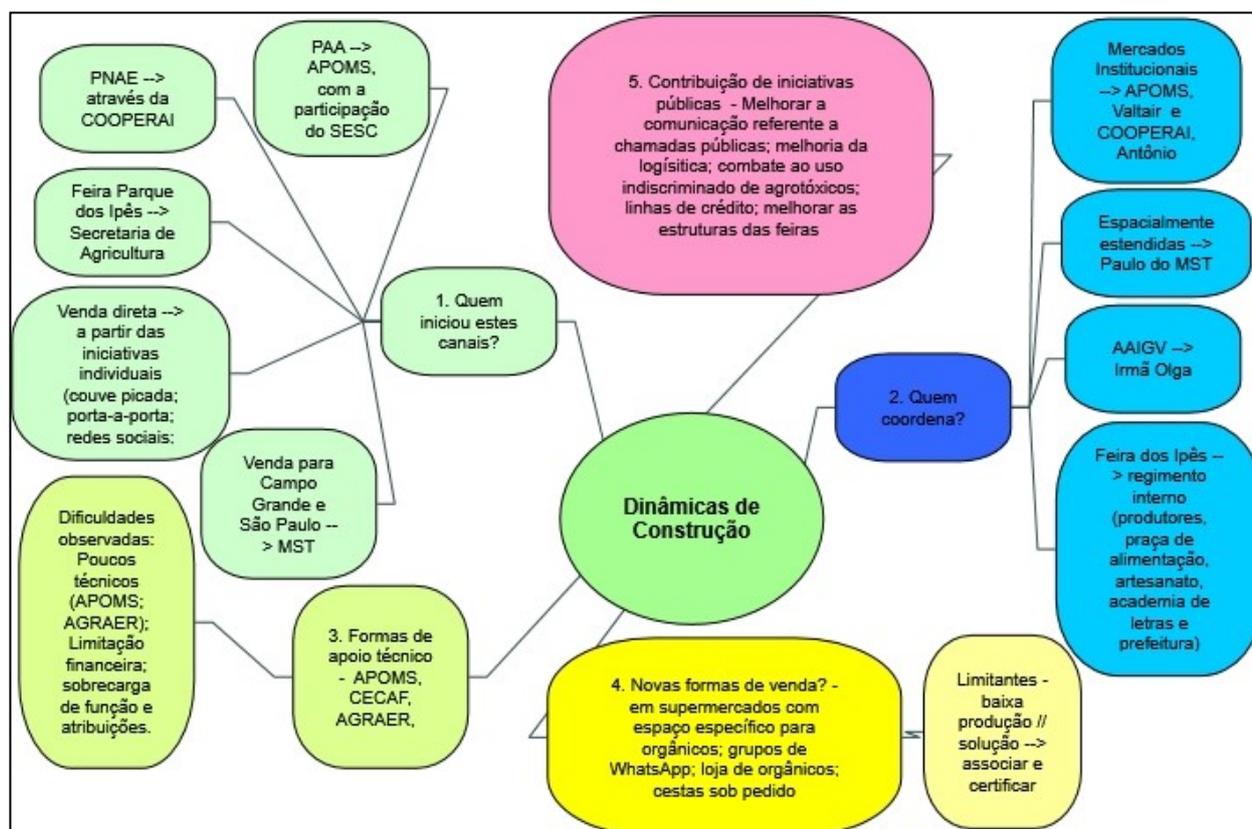
Eles querem o produto, eles exigem de nós, é [...] exige de nós tudo natural, é, fiscalização da federal que a gente tem, é pressão daqui, é pressão dali, é trabalho que nem nós trabalha que nem, nós trabalha muito, e chega na hora a gente tem aquela dificuldade, tem aquele desespero, e a gente não é atendido pela lei. (agricultor OPP5).

Por fim, percebe-se, a partir dos discursos analisados, a debilidade dos canais de comercialização acessados pelo grupo em estudo e também os entraves ao desenvolvimento e fortalecimento do segmento. Notadamente, um dos obstáculos está na carência de pessoal de apoio, principalmente no atendimento às exigências documentais requeridas nos canais institucionais.

Por outro lado, os próprios valores embutidos na produção orgânica exigem uma dinâmica de produção diferenciada, mesmo porque o rigor para esta atividade é maior e permanente. Resta aos agricultores a busca pelo conhecimento na tentativa desenvolver suas competências individuais, encerrando essa dependência.

Para esta categoria, houve a seguinte esquematização de palavras-chave.

Figura 2 - Esquema com palavras-chave para a categoria Dinâmicas de Construção



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para as modalidades de vendas institucionais há uma demanda maior de organização. Nos casos apresentados, as vendas para o PAA e PNAE, encontram-se minimamente estruturadas, o

suficiente para atendimento à demanda contratada. No entanto, em havendo a ampliação do volume contratado, os agentes e atores envolvidos deverão otimizar suas formas de organização.

A principal demanda para estes casos está em: i) fortalecer os atores através de cursos, palestras e assistência a campo; ii) ampliar o número de pessoas atuantes nas associações, cooperativas e de agentes públicos, e; iii) firmar novas parcerias.

Conclusão

As cadeias curtas agroalimentares têm atuado na reconexão entre produtores e consumidores, desempenhando importante mecanismo de ressocialização e re-espacialização do alimento, seja aproximando produtor e consumidor através de canais de comercialização, a exemplo das feiras livres e outras formas de venda direta, ou proporcionando noções de confiança, respeito e autenticidade.

Assim, sob esse entendimento, esta pesquisa buscou ampliar o leque de discussão acerca do papel do pequeno agricultor, seja familiar (conforme critérios da lei 11.326/2006) ou não, na produção de alimentos, de modo a analisar as dinâmicas de construção dessas cadeias como alternativa ao desenvolvimento regional.

Sabe-se que as modalidades de venda direta sempre existiram e que detêm capacidades de promoção social e econômica por vezes adormecidas. Dessa forma, a partir desse entendimento, a condução do presente estudo atuou na identificação de populações passíveis de observação e análise, atuantes em canais de comercialização, aqui denominadas Cadeias Curtas Agroalimentares.

Acredita-se que proposta de analisar as dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares como alternativa ao desenvolvimento regional tenha sido alcançada, mesmo porque ela foi desenvolvida com o grupo de produtores orgânicos que denotam perspicácia em suas atividades, atuando com dedicação e efetividade em canais de comercialização acessados, como por exemplo: vendas institucionais, feiras livres, *delivery*, porta-a-porta, *e-commerce*, etc. os quais denotam cooperação, sejam por intermédio de associações (APOMS e AAIGV - Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas) ou em parcerias com as prefeituras.

Esses canais têm atuado como ferramentas de desenvolvimento econômico e social aos agricultores, pois o ganho financeiro proveniente das atividades proporciona melhorias em sua qualidade de vida. Além disso, uma vez atuando em espaços rurais, periféricos e urbanos – em um processo minimamente dual – esses canais têm incitado um iminente potencial de desenvolvimento regional.

No entanto, a ampliação de tais canais com vistas à possibilidade de mecanismo de desenvolvimento regional depende não apenas do fortalecimento das parcerias existentes, mas essencialmente da ampliação das modalidades de parcerias, seja através do associativismo, cooperativismo, das pesquisas e/ou iniciativas extensão. Nesse rol de possibilidades, adentrariam distintas instituições com potencial de contribuição, como por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além das distintas Instituições de Ensino Superior (IES), como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Referências

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para o debate. Brasília: IICA, 2006.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 46 - 69, out. 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

DALLABRIDA, V. R.; BENEDETTI, E. L. **Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo**: perspectivas teóricas na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v. 21, n. 3, p. 117 - 136, set./dez. 2016.

DUFUMIER, M.; COUTO, V. A. Neoprodutivismo. *Caderno RH*, Salvador, n. 28, p. 81 - 112, 1998.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares**: paradigmas em questão. *Geografia*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/6662/6010>. Acesso em: 22 ago. 2017.

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas**: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Coleção: Proposta Universitária. Tradução de C. IPEROIG. Proposta Editorial: São Paulo, 1980.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARSDEN, T. New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal Rural Studies*, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

RENTING, H., MARSDEN, T.K., BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, v. 35, pages 393 - 411, 2003.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. *Revista Faz Ciência*, v. 15, n. 20, p. 101-130, jan./jun. 2012.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 1, enero - marzo, 2015, p. 56-71 Universidade Federal de Lavras: Minas Gerais, Brasil.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 75, p. 55-75, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.